



# XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

**PROVA PREAMBULAR**

**26 de março de 2017**

**NOME DO CANDIDATO**

**ASSINATURA**

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição do caderno.
- Preencha **agora** os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na folha de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- Preencha as elipses da folha de respostas com caneta esferográfica preta ou azul, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação das questões faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**; o caderno será disponibilizado para consulta no site [www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br).
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de, **no máximo**, 5 horas e 30 minutos.

A partir do dia 29 de março de 2017, o gabarito das 100 questões objetivas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e também estará disponível para consulta no site [www.mprs.mp.br/concursos](http://www.mprs.mp.br/concursos).



LÍNGUA PORTUGUESA

**Instrução:** As questões 1 a 10 estão relacionadas ao texto abaixo.

01 “O acessório segue o principal”. Esse ensinamento – um dos mais elementares do curso de direito –  
02 deve ser invocado no exame da polêmica aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda  
03 ..... Constituição n. 171, que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. Depois de longuíssima  
04 tramitação, essa PEC foi admitida em 2015 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara,  
05 ensejando a formação de comissão especial. Essa decidiu adotar um substitutivo, enviando-o ..... votação  
06 no Plenário da casa. Rejeitado o substitutivo, prosseguiu ..... Câmara com a votação da proposição original,  
07 aprovando a Emenda Aglutinativa n. 16.

08 Desde então, os opositores da PEC têm afirmado a inconstitucionalidade dessa aprovação, por violação  
09 da Constituição Federal – especificamente, de seu artigo 60, parágrafo 5º: “a matéria constante de proposta  
10 de emenda [constitucional] rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na  
11 mesma \_\_\_\_\_ legislativa”. Entretanto, a \_\_\_\_\_ pertinente da CF (VIII do Título IV, intitulada “Do Processo  
12 Legislativo”), que contém o artigo, pouco esclarece sobre a real tramitação das proposições legislativas.  
13 Assim, parece necessário conhecer a dinâmica que \_\_\_\_\_ dos regimentos das casas legislativas.

14 Segundo o parágrafo 4º do artigo 118 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), “emenda  
15 substitutiva é a apresentada como sucedânea a parte de outra proposição, denominando-se ‘substitutivo’  
16 quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto”. Ou seja, o substitutivo é uma emenda à  
17 proposição original e, sendo uma emenda, é acessório. Isso fica ainda mais evidente no inciso V do artigo  
18 191 do RICD: “na hipótese de rejeição do substitutivo, [...], a proposição inicial será votada por último,  
19 depois das emendas que lhe tenham sido apresentadas”. Havendo várias emendas, pode ser apresentada em  
20 Plenário uma emenda aglutinativa, “que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por  
21 transação tendente à aproximação dos respectivos objetos” (artigo 118, parágrafo 3º, RICD).

22 Considerando esses dispositivos regimentais, é evidente que não houve violação ao parágrafo 5º do  
23 artigo 60 da CF: o que se deu foi a rejeição de emenda substitutiva – acessória – seguida da aprovação de  
24 emenda aglutinativa. Os céticos argumentarão que o RICD não deveria esclarecer a Constituição; antes, esta  
25 deve rechaçar uma norma parlamentar que lhe seja incompatível. Ocorre, todavia, que o texto  
26 constitucional nesse particular, como antes destacado, é lacônico, deixando amplo espaço à interpretação  
27 daqueles a quem as normas de processo legislativo são diretamente dirigidas – os parlamentares. É dessa  
28 interpretação legítima e autorizada que nascem os regimentos internos. Essa orientação foi, inclusive,  
29 seguida por vários Ministros do STF, que, em julgado similar (Mandado de Segurança n. 22.503), também  
30 tiveram de recorrer ao RICD para interpretar o dispositivo constitucional.

31 Em suma, tanto a prática parlamentar cristalizada no RICD quanto decisão precedente do STF e, ainda, a  
32 própria lógica do processo legislativo indicam indubitavelmente a constitucionalidade da aprovação da PEC  
33 171. Desse modo, a decisão dos parlamentares não se constitui em manobra de qualquer espécie, e sim na  
34 aplicação de um reiterado procedimento de votação já reconhecido pela mais alta corte do país.

**Extraído e adaptado de:** Carlos Bastide Horbach, “Por que a aprovação da PEC da maioria penal é constitucional”. Revista *Consultor Jurídico*, 5 de julho de 2015.

**1.** Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas das linhas 03, 05 e 06, respectivamente.

- (A) à – a – a
- (B) a – à – a
- (C) a – a – à
- (D) a – à – à
- (E) à – à – à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2. Assinale a alternativa que preenche corretamente as duas lacunas tracejadas da linha 11 e a da linha 13, respectivamente.

- (A) seção – secção – exsurge
- (B) seção – sessão – ex-surge
- (C) secção – seção – exsurge
- (D) sessão – secção – ex-surge
- (E) sessão – seção – exsurge

3. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do texto.

- ( ) A PEC 171 teve longuíssima tramitação na Câmara porque sua votação foi polêmica.
- ( ) Um substitutivo é uma emenda e não a própria proposição principal, portanto sua rejeição não é atingida pelo parágrafo 5º do artigo 60 da CF.
- ( ) Normas inferiores à Constituição devem ser rechaçadas se incompatíveis com ela, portanto os dispositivos do RICD não podem ser utilizados para esclarecer a tramitação de PECs.
- ( ) Quando o texto constitucional é lacônico e deixa espaço à interpretação daqueles a quem suas normas são dirigidas, essa interpretação será sempre legítima e autorizada.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é,

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – F – V.

4. Considere as seguintes afirmações.

- I. Os opositores da PEC 171 argumentam que sua aprovação viola o parágrafo 5º do artigo 60 da CF porque consideram que um substitutivo conta como "**matéria constante de proposta de emenda [constitucional]**" (l. 09-10).
- II. Para o autor, um substitutivo – embora seja a alteração do conjunto de uma proposição – não conta como "**matéria constante de proposta de emenda [constitucional]**" (l. 09-10).
- III. Para o autor, a rejeição do substitutivo e a aprovação da emenda aglutinativa não são "**manobra de qualquer espécie**" (l. 33), logo nada há a objetar em relação ao mérito da PEC 171.

Quais podem ser corretamente inferidas do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

5. Assinale a alternativa que contém substituições adequadas para **ensejando** (l. 05), **constante de** (l. 09) e **como sucedânea a** (l. 15), respectivamente, no texto.

- (A) motivando – contida em – em lugar de
- (B) facultando – persistente em – subsequentemente a
- (C) motivando – contida em – subsequentemente a
- (D) motivando – persistente em – subsequentemente a
- (E) facultando – persistente em – em lugar de



6. Assinale a alternativa cujo período – extraído e adaptado do texto – **NÃO** poderia ser expresso como uma condição (isto é, por um período composto com uma oração adverbial condicional).

- (A) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta. (cf. l.09-10)
- (B) Sendo uma emenda, um substitutivo é uma proposição acessória. (cf. l. 16-17)
- (C) Na hipótese de rejeição do substitutivo, a proposição inicial será votada por último. (cf. l. 18-19)
- (D) Havendo várias emendas, é possível apresentar uma emenda aglutinativa. (cf. l. 19-20)
- (E) A Constituição deve rechaçar uma norma parlamentar que lhe seja incompatível. (cf. l. 26-27)

7. Assinale a alternativa em que a passiva analítica **NÃO** poderia ser convertida em passiva sintética sem a omissão de outro termo do período.

- (A) *deve ser invocado* (l.02)
- (B) *foi admitida* (l.04)
- (C) *será votada* (l. 18)
- (D) *pode ser apresentada* (l. 19)
- (E) *são [...] dirigidas* (l. 27)

8. Considere as afirmações a seguir, referentes às relações de regência do texto.

- I. A substituição de *contém* (l.12) por *consta* exigiria a inserção de *em* antes de *que* (l.12).
- II. A substituição de *lhe tenham sido apresentadas* (l.19) por *tenha ensejado* não exigiria nenhuma outra modificação na frase.
- III. O apagamento do pronome *lhe* (l.25) não exigiria nenhuma outra modificação na frase.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

9. O autor do texto dá a entender que não há dúvida quanto à constitucionalidade da aprovação da PEC 171, conforme expressões como *é evidente* (l. 22) e *indubitavelmente* (l. 32). Entretanto, encontram-se no texto fatos que indicam a possibilidade da dúvida. Assinale a alternativa que **NÃO** contém um fato desse tipo.

- (A) Opositores da PEC afirmam que a aprovação da PEC violou o artigo 60, parágrafo 5º, da CF.
- (B) Um substitutivo altera o conjunto de uma proposição original, podendo por isso incluir toda a "*matéria constante*" dela.
- (C) Uma emenda aglutinativa pode ser apresentada em Plenário, durante a votação da proposição original.
- (D) O texto constitucional é lacônico quanto à tramitação parlamentar de emendas constitucionais e deixa amplo espaço à interpretação dos parlamentares.
- (E) Vários Ministros do STF também tiveram de recorrer ao RICD para interpretar o dispositivo constitucional.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**10.** Considere o trecho abaixo, extraído e adaptado do último parágrafo do texto (l. 31-34), e as três propostas para sua reescrita.

*Tanto o RICD quanto a própria lógica do processo legislativo indicam a constitucionalidade da aprovação da PEC 171. Desse modo, a decisão dos parlamentares não se constitui em manobra de qualquer espécie, e sim na aplicação de um procedimento juridicamente autorizado.*

- I. Tanto o RICD quanto a própria lógica do processo legislativo indicam a constitucionalidade da aprovação da PEC 171, pois a decisão dos parlamentares se constitui na aplicação de um procedimento juridicamente autorizado, e não em manobra de qualquer espécie.
- II. A decisão dos parlamentares se constitui na aplicação de um procedimento juridicamente autorizado, e não em manobra de qualquer espécie, pois tanto o RICD quanto a própria lógica do processo legislativo indicam a constitucionalidade da aprovação da PEC 171.
- III. Tanto o RICD quanto a própria lógica do processo legislativo indicam a constitucionalidade da aprovação da PEC 171; a decisão dos parlamentares se constitui, pois, na aplicação de um procedimento juridicamente autorizado, e não em manobra de qualquer espécie.

Quais propostas estão corretas e preservam o sentido original do trecho?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

**Instrução:** As questões **11** a **20** estão relacionadas ao texto abaixo.

01 A ignorância acerca da natureza do homem lança incerteza e obscuridade sobre a definição verdadeira do  
02 direito natural. O direito e, mais ainda, o direito natural são evidentemente ideias relativas à natureza do homem;  
03 é, pois, dessa natureza que se ..... os princípios dessa ciência.

04 Os juriconsultos romanos submetem o homem e todos os outros animais à mesma lei natural, porque a  
05 consideram a lei que a natureza se impõe a si mesma, isto é, o conjunto das relações gerais que estabelece entre  
06 todos os seres animados para a sua comum conservação. Os filósofos modernos, só reconhecendo sob o nome de  
07 lei uma regra prescrita a um ser moral – inteligente, livre e considerado nas suas relações com outros seres –,  
08 limitam, conseqüentemente, ao homem a competência da lei natural. Mas, definindo essa lei cada qual à sua  
09 moda, estabelecem-na sobre princípios tão metafísicos que há, mesmo entre nós, muito pouca gente capaz de  
10 compreender esses princípios ou de os ..... em si própria. De sorte que as definições desses sábios homens  
11 concordam somente em que é impossível entender a lei da natureza e, por conseguinte, obedecê-la, sem ser um  
12 grande raciocinador e profundo metafísico. Tais definições recorrem a conhecimentos que os homens  
13 naturalmente não têm, e a vantagens que só podem perceber depois de terem saído do estado de natureza.

14 O que podemos ver claramente em relação à lei da natureza é que é preciso não só que a vontade daquele  
15 que ela obriga possa submeter-se a ela com conhecimento, mas principalmente que ela fale imediatamente, pela  
16 voz da natureza. Meditando sobre as mais simples operações da alma humana, creio perceber dois princípios  
17 anteriores à razão: primeiro, interessa-nos ardentemente nosso bem-estar e a conservação de nós mesmos; e,  
18 segundo, inspira-nos uma repugnância natural ver morrer ou sofrer qualquer ser sensível, principalmente nossos  
19 semelhantes. Do concurso e da combinação que nosso espírito é capaz de fazer desses princípios, sem que seja  
20 necessário o da sociabilidade, é que me ..... todas as regras do direito natural.

21 Portanto, não somos obrigados a fazer do homem um filósofo, em lugar de homem; seus deveres para com  
22 outrem não lhe são ditados unicamente por tardias lições da sabedoria. Enquanto não resistir ao impulso interior  
23 da comiseração, jamais fará mal a outro homem, ou a outro ser sensível, exceto no caso legítimo em que,  
24 achando-se sua conservação ameaçada, é obrigado a dar-lhe preferência. Por esse meio terminam também as  
25 disputas sobre a participação dos animais na lei natural. Desprovidos de luz e liberdade, não podem reconhecer  
26 essa lei; mas, unidos de algum modo à nossa natureza pela sensibilidade de que são dotados, julgar-se-á que  
27 devem também participar do direito natural e que o homem está obrigado, para com eles, a certos deveres: se o  
28 homem é obrigado a não fazer mal algum a seu semelhante, é menos porque é racional do que porque é sensível;  
29 essa qualidade é comum aos animais e deve dar-lhes ao menos o direito de não ser maltratados inutilmente.

**Extraído e adaptado de:** Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a desigualdade*.

Trad. de Maria Lacerda Moura. Ed. Ridendo Castigat Mores, s/d. p.31-35.

Disponível em:

<<http://ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

**11.** Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 03, 10 e 20, respectivamente.

- (A) devem deduzir – poder encontrar – parecem decorrer
- (B) deve deduzir – poderem encontrar – parece decorrerem
- (C) deve deduzir – poder encontrar – parece decorrer
- (D) deve deduzir – poder encontrar – parece decorrerem
- (E) devem deduzir – poderem encontrar – parecem decorrer

**12.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do texto.

- ( ) Para os “filósofos modernos”, a lei natural só pode ser prescrita para um ser inteligente porque acreditam que é preciso recorrer a conhecimentos que o homem não tem em estado de natureza.
- ( ) Quando o homem resiste ao impulso interior da comiseração, faz sempre algum mal a outro homem ou a outro ser sensível.
- ( ) O direito natural parece decorrer da combinação de dois princípios da alma humana, o interesse pela conservação de si próprio e a repugnância à morte ou ao sofrimento dos seres sensíveis.
- ( ) Os animais também devem participar do direito natural porque o homem está obrigado a certos deveres para com eles.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – V – V.
- (E) V – V – F – V.

**13.** Considere as afirmações abaixo.

- I. O princípio da sociabilidade é um princípio fundamental da alma humana, do qual derivam as regras do direito natural.
- II. É evidente para Rousseau que tanto o direito em geral quanto o direito natural só podem ser conceitos relativos à natureza do homem.
- III. Princípios baseados em vantagens que o homem só pode perceber depois que deixou o estado de natureza não são constitutivos da natureza do homem.

Quais podem ser corretamente inferidas do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

**14.** Considere as afirmações abaixo.

- I. Rousseau ironiza “[...] **as definições desses sábios homens**” quando diz que elas **“concordam somente em que é impossível entender a lei da natureza [...] sem ser um grande raciocinador e profundo metafísico”** (l. 10-12).
- II. A lei natural se expressa pela **“voz da natureza”**, que não é um **“juízo da razão”**; por isso, não pode ser compreendida e reconhecida como lei pelo homem.
- III. Os animais são protegidos pela lei natural, mas não se pode exigir deles o dever de respeitá-la.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais apresentam interpretações que podem ser corretamente sustentadas com base no conteúdo do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

15. Considere as seguintes afirmações sobre o uso do sinal de ponto e vírgula no texto.

- I. A ocorrência da linha 02 poderia ser substituída por uma vírgula.
- II. A ocorrência da linha 21 poderia ser substituída por dois-pontos.
- III. A ocorrência da linha 28 poderia ser substituída por ponto final.

Quais afirmações são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

16. Assinale a alternativa que atribui uma referência correta ao pronome ou à expressão pronominal indicado.

- (A) *si mesma* (l. 05) – a lei
- (B) *sua* (l. 06) – a natureza
- (C) *cada qual* (l.08) – os homens (isto é, as pessoas em geral)
- (D) *si própria* (l.10) – muito pouca gente
- (E) [*dar-*]lhe (l. 24) – outro homem ou outro ser sensível

17. Assinale a alternativa que atribui referência correta ao sujeito implícito do verbo, expressão verbal ou predicativa indicado.

- (A) *estabelece* (l.05) – a lei natural
- (B) *entender* [...] *e obedecê-la* (l.11) – aqueles “sábios homens” (i.é, os filósofos modernos)
- (C) *Meditando* (l.16) – nós (isto é, as pessoas em geral, incluindo Rousseau)
- (D) *é sensível* (l. 28) – o semelhante do homem (isto é, outro homem)
- (E) *deve dar-lhes* (l. 29) – o homem

18. Assinale a alternativa que contém as expressões que melhor substituem, de acordo com o sentido do texto, *competência* (l. 08), *sensível* (l. 18) e *comum aos* (l. 29), respectivamente.

- (A) entendimento – capaz de ter sentimentos – natural aos
- (B) jurisdição – capaz de ter sentimentos – compartilhada pelos
- (C) jurisdição – capaz de comover-se – compartilhada pelos
- (D) entendimento – capaz de comover-se – habitual entre os
- (E) jurisdição – capaz de ter sentimentos – natural aos

19. Assinale a alternativa que identifica corretamente o sujeito do verbo, expressão verbal ou predicativa indicado.

- (A) *definindo* (l.08) – essa lei
- (B) *concordam* (l.11) – esses sábios homens
- (C) *é impossível* (l.11) – a lei da natureza
- (D) *inspira-nos* (l.18) – uma repugnância natural
- (E) *morrer ou sofrer* (l.18) – qualquer ser sensível



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

20. Considere o trecho abaixo, extraído do texto, e as três alterações propostas para ele.

***O que podemos ver claramente em relação à lei da natureza é que é preciso não só que a vontade daquele que ela obriga possa submeter-se a ela com conhecimento, mas principalmente que ela fale imediatamente, pela voz da natureza.*** (l.14-16)

- I. Apagamento de ***o que*** antes de ***podemos*** e de ***é*** antes de ***que é preciso***.
- II. Deslocamento de ***não só*** para antes de ***é preciso*** e inserção de ***é preciso*** antes de ***que ela fale***.
- III. Deslocamento de ***não só*** para antes de ***possa submeter-se***, sem qualquer outra alteração.

Quais alterações são gramaticalmente corretas e conservam o sentido do trecho original?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

**Instrução:** As questões 21 a 30 estão relacionadas ao texto abaixo.

01 O professor encerra seu número, numa senha para que a mulher se apresse. Amei nosso entretém, monsieur, só  
02 lamento não poder ..... para o jantar. Você também é sempre bem-vinda, Carminha, nem que seja apenas para  
03 brincar com a Piaf. Vou ....., diz Anne enxugando as mãos num pano de prato. De repente, dá um suspiro curto e um  
04 saltito juvenil: um momento, monsieur Hollander. Tira da geladeira um rocambole cheirando a maçã e separa uma  
05 fatia num prato de sobremesa: o senhor disse que seu pai morou na Alemanha? Entregue-me o pratinho coberto com  
06 um papel de pão: é uma receita da minha avó alsaciana, ele vai gostar. .... em direção à sala, onde a Minhoca brinca  
07 mais uma vez com a Piaf. Henri Beaugregard fecha o piano e se refugia num banheiro. Ainda procuro protelar o adeus,  
08 alisando o piano e tecendo elogios ao seu design art déco, quando escuto o ruído da chave na fechadura e vejo a  
09 maçaneta girar sozinha. Paralisado defronte da porta por onde entrará meu irmão alemão, repasso na memória as  
10 ideias mais fantasiosas que fiz dele, desde que soube da sua existência. Recordo quantas vezes sonhei com ele, a cada  
11 sonho com uma cara diferente, caras que eram transfiguradas pelo aquário do sonho, seres que a luz da manhã  
12 desvanecia, durante os anos em que ansiei por este encontro. E agora já não quero que a porta se abra, por mim  
13 aquela maçaneta poderia girar perpetuamente. Prefiro continuar a ver meu irmão em sonhos, com sua cara ainda  
14 sem acabamento. Penso que vê-lo assim à queima-roupa, com excessiva nitidez, será como ver escancarada numa  
15 tela de cinema a personagem de um romance que eu vinha adivinhando fio a fio à medida que lia. Se pudesse, eu  
16 pediria ao meu irmão que me esperasse lá fora, para ser de novo o vulto noturno que apenas entrevi. Mas a porta  
17 range, a maçaneta desfaz seu giro, e o que tenho diante de mim não pode ser meu irmão alemão. É um homem da  
18 minha idade, com a pele branca meio escamada, o nariz adunco de Henri e uma calvície precoce. É sinceramente um  
19 tipo banal, desses que a memória não fixa, que não frequentam os sonhos. Eis meu filho Christian, diz Anne em  
20 francês, e este cavalheiro aqui, ele é o monsieur Hollander, namorado da Carminha. Christian cumprimenta-nos com  
21 a cabeça, porque está sobrecarregado de livros, e se escafede escada acima. Anne abre a porta da rua: au revoir. A  
22 Minhoca me puxa pela manga, e já do lado de fora pergunto de supetão: e o outro, madame? O outro? O seu outro  
23 filho, madame. Ouço um som de descarga, e mesmo na contraluz percebo como Anne enrubesce: não temos outro  
24 filho, monsieur Hollander. Fecha a porta, e estou no portão quando ela torna a abri-la: psiu. É para a Piaf, que vinha  
25 atrás da Minhoca e volta correndo para dentro.

**Extraído de:** Chico Buarque, *O Irmão Alemão*, p.107-109. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

21. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 02, 03 e 06, respectivamente.

- (A) convidá-los – acompanhá-los – Sigo-a
- (B) convidá-los – acompanhar-lhes – Sigo-lhe
- (C) convidá-los – acompanhá-los – Sigo-lhe
- (D) convidar-lhes – acompanhar-lhes – Sigo-a
- (E) convidar-lhes – acompanhá-los – Sigo-lhe





22. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto.

- (A) O episódio se passa na casa de Henri Beaugard e sua mulher Anne, onde mora Carminha, a namorada do personagem narrador.
- (B) Além de Carminha, mora na casa de Henri e Anne outra moça, a quem o narrador chama de "Minhoca".
- (C) O narrador sabe que tem um irmão alemão e acredita que o encontrará na casa de Henri e Anne.
- (D) O narrador entrevistou o vulto de seu irmão alemão nas proximidades da casa de Henri e Anne.
- (E) O narrador sugere a Anne que ela possui outro filho além de seu irmão alemão.

23. Considere as seguintes afirmações.

- I. O narrador foi até a casa de Henri e Anne para tentar encontrar seu irmão alemão.
- II. O narrador acredita não apenas que Anne conhece seu pai, mas que teve com ele um filho – o seu irmão alemão.
- III. O narrador conclui que Christian não é seu irmão, em parte, pelo fato de que reconheceu em Christian "o nariz adunco de Henri".

Quais podem ser corretamente inferidas do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

24. No texto, o narrador utiliza expressões que caracterizam ou sugerem sentimentos, atitudes ou intenções ora de outros personagens, ora próprios dele, narrador. Assinale a alternativa em que ele caracteriza um sentimento próprio.

- (A) ***O professor encerra seu número, numa senha para que a mulher se apresse*** (l.01)
- (B) ***Henri Beaugard fecha o piano e se refugia num banheiro*** (l.07)
- (C) ***É sinceramente um tipo banal, desses que a memória não fixa*** (l.18-19)
- (D) ***Christian cumprimenta-nos com a cabeça [...] e se escafede escada acima*** (l.20-21)
- (E) ***[...] mesmo na contraluz percebo como Anne enrubesce: não temos outro filho*** (l.23-24)

25. Considere o trecho abaixo, extraído e adaptado do texto (l.04-06), e as três propostas de transposição do relato.

*Tira da geladeira um rocambolê e separa uma fatia num prato: o senhor disse que seu pai morou na Alemanha? Entregue-me o pratinho coberto com um papel de pão: é uma receita da minha avó alsaciana, ele vai gostar.*

- I. *Tirou da geladeira um rocambolê e separou uma fatia num prato. Perguntou-me se eu dissesse que meu pai tinha morado na Alemanha. Entregou-me o pratinho coberto com um papel de pão e disse que era uma receita da sua avó alsaciana, que meu pai ia gostar.*
- II. *Tirou da geladeira um rocambolê e separou uma fatia num prato. Perguntou-lhe se dissesse que seu pai tinha morado na Alemanha. Entregou-lhe o pratinho coberto com um papel de pão e disse que era uma receita da sua avó alsaciana, que o pai dele ia gostar.*
- III. *Tirou da geladeira um rocambolê e separou uma fatia num prato. Perguntou-lhe se ele disse que seu pai morou na Alemanha. Entregou-lhe o pratinho coberto com um papel de pão e disse que era uma receita da sua avó alsaciana, que seu pai teria gostado.*

Quais transposições estão corretas e preservam as relações temporais do trecho original?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.



26. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal de Chico Buarque **NÃO** corresponde ao que determina a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) *Entrega-me o pratinho coberto com um papel de pão* (l.05-06)
- (B) *Penso que vê-lo assim à queima-roupa, com excessiva nitidez, será como ver...* (l.14)
- (C) *Se pudesse, eu pediria ao meu irmão que me esperasse lá fora* (l.15-16)
- (D) *Christian cumprimenta-nos com a cabeça* (l.20-21)
- (E) [...] *e se escafede escada acima* (l.21)

27. No texto, o narrador utiliza expressões que aludem ao caráter fugidio e impreciso das imagens que teve e tem de seu irmão. Assinale a alternativa em que ele **NÃO** alude a este caráter.

- (A) [...] *repasso na memória as ideias mais fantasiosas que fiz dele* (l.09-10)
- (B) [...] *caras que eram transfiguradas pelo aquário do sonho* (l.11)
- (C) [...] *seres que a luz da manhã desvanecia* (l.11-12)
- (D) [...] *sua cara ainda sem acabamento* (l.13-14)
- (E) [...] *o que tenho diante de mim não pode ser meu irmão alemão* (l.17)

28. Considere as seguintes propostas de alteração de períodos do texto, levando em conta especialmente a regência dos termos e a concordância entre eles.

- I. Se o pronome *eram transfigurada* (l.11) fosse substituído por *se transfiguravam*, nenhuma outra alteração seria necessária no período.
- II. Se o pronome *se* fosse inserido entre *a luz da manhã* (l.11) e *desvanecia* (l.12), nenhuma outra alteração seria necessária no período.
- III. Se *a memória* (l.19) fosse alterado para *à memória*, também seria necessário alterar *fixa* (l.19) para *se fixam*.

Quais propostas são gramaticalmente corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

29. O texto utiliza enunciados em discurso direto sem sinalizá-los ortograficamente, como no trecho abaixo.

***Eis meu filho Christian, diz Anne em francês, e este cavalheiro aqui, ele é o monsieur Hollander, namorado da Carminha. Christian cumprimenta-nos com a cabeça, porque está sobrecarregado de livros, e se escafede escada acima. Anne abre a porta da rua: au revoir. A Minhoca me puxa pela manga, e já do lado de fora pergunto de supetão: e o outro, madame? O outro? O seu outro filho, madame.*** (l. 19-23)

Agora, considere as seguintes afirmações acerca do discurso direto neste trecho.

- I. No primeiro período, parte do discurso direto de Anne é dirigida ao narrador, parte é dirigida a seu filho Christian.
- II. No período ***Anne abre a porta da rua: au revoir***, o discurso direto é dirigido por Anne ao narrador e à sua namorada, Carminha.
- III. No trecho que começa com ***pergunto de supetão*** e termina com ***O seu outro filho, madame***, o discurso direto é dirigido pelo narrador a Anne.



Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

30. O texto é narrado no *presente histórico*, que em geral é transposto para o *pretérito perfeito* quando a narrativa é feita no passado, salvo quando se trata de estados ou processos durativos; neste caso, emprega-se o *pretérito imperfeito*. Considere agora o seguinte trecho (l. 20-22).

***Christian cumprimenta-nos com a cabeça, porque está sobrecarregado de livros, e se escafede escada acima. Anne abre a porta da rua: au revoir. A Minhoca me puxa pela manga, e já do lado de fora pergunto de supetão: e o outro, madame?***

Qual das formas verbais listadas abaixo deveria ser transposta para o *pretérito imperfeito*?

- (A) cumprimenta
- (B) está
- (C) escafede
- (D) abre
- (E) puxa

## CONHECIMENTO JURÍDICO

31. Nos termos da Lei Federal n. 12.651/2012 – Código Florestal –, especificamente no que tange ao Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.
- (B) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- (C) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que tratam os incisos VI e VII do *caput* do artigo 4º da Lei poderá ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.
- (D) O proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei, vedada a transmissão da obrigação ao seu sucessor.
- (E) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

**32.** No que tange à delimitação da Área de Reserva Legal disciplinada na Lei Federal n. 12.651/2012, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
- (B) não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.
- (C) não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.
- (D) a supressão de novas áreas de floresta ou outras formas de vegetação nativa, após a implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, apenas será autorizada pelo órgão ambiental estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) se o imóvel estiver inserido no mencionado cadastro, ressalvado o previsto no artigo 30 da Lei Federal n. 12.651/2012.
- (E) o poder público estadual poderá, nos casos da alínea b (35%, no imóvel situado em área de cerrado) do inciso I do artigo 12 da Lei Federal n. 12.651/2012, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado e mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas.

**33.** Nos moldes da Lei Federal n. 9.605/1998, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- (B) Os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, para o cumprimento do disposto nesta Lei, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.
- (C) Deverá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- (D) A multa (pena criminal) será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- (E) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**34.** Nos termos estabelecidos pela Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.
- (B) A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no parágrafo 1º do artigo 17 da Lei, poderá dar-se com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.
- (C) O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.
- (D) A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
- (E) A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

**35.** Nos moldes fixados pelo artigo 24 da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- (A) orçamento.
- (B) normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- (C) produção e consumo.
- (D) proteção à infância e à juventude.
- (E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

**36.** Assinale a alternativa **INCORRETA**, considerando tão somente o que dispõe o artigo 38 da Constituição Federal no que tange ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo.

- (A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de maior valor.
- (B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II do artigo 38.
- (D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (E) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**37.** Atento ao que preceitua o artigo 51 da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (B) elaborar seu regimento interno.
- (C) eleger membros do Conselho da República, nos termos do artigo 89, inciso VII, da Constituição Federal.
- (D) dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, julgando-os nos crimes de responsabilidade.

**38.** Considerando o regramento constitucional sobre limitações do poder de tributar, é **INCORRETO** afirmar que é vedado:

- (A) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (B) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- (C) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- (D) à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, ainda que em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- (E) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

**39.** Nos moldes estabelecidos pelo artigo 174 da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- (B) a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
- (C) a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
- (D) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- (E) as cooperativas a que se refere o parágrafo 3º do artigo 174 da Constituição da República terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o artigo 21, inciso XXV, da Carta Federal, na forma da lei.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**40.** Assinale a alternativa **INCORRETA**, levando em consideração o disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

- (A) O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- (B) Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- (C) É dever dos Estados e do Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
- (D) Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- (E) A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

**41.** Com relação às regras da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992), assinale a alternativa correta.

- (A) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
- (B) Tendo em vista a independência das ações, a propositura da ação de improbidade administrativa não traz a prevenção em relação a outras ações intentadas posteriormente, que tenham por fim discutir o mesmo objeto.
- (C) Tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, o juiz não poderá extinguir o processo, sem resolução de mérito, se reconhecer a inadequação da ação de improbidade administrativa, devendo buscar todas as provas e ultimar o processo com sentença de mérito.
- (D) A ação de improbidade administrativa é de autoria exclusiva do Ministério Público, cabendo à pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público, obrigatoriamente, a contestação do feito.
- (E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções por ato de improbidade administrativa podem ser propostas em até 5 (cinco) anos, contados da data em que o ato de improbidade administrativa foi praticado.

**42.** Relativamente à Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, chamada de Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que transitoriamente e sem remuneração exerça função pública em representação diplomática de país estrangeiro não é considerado agente público estrangeiro, para fins de aplicação da Lei Anticorrupção.
- (B) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção, dispensada a defesa em casos considerados gravíssimos.
- (C) Na aplicação das sanções será levada em consideração a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.
- (D) A celebração de acordo de leniência não exige a pessoa jurídica de reparar integralmente o dano causado, mas afasta integralmente a multa que seria imputada caso o referido acordo não fosse firmado.
- (E) A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção e, se descumprido, impede a nova celebração de acordo pelo prazo de 1 (um) ano, contado do conhecimento pela Administração Pública do descumprimento.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**43.** Assinale a alternativa correta, em relação aos consórcios públicos disciplinados pela Lei n. 11.107, de 06 de abril de 2005.

- (A)** A emissão de documentos de cobrança e as atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos não se coadunam com as finalidades estabelecidas em lei para os consórcios públicos, razão pela qual estão expressamente vedadas.
- (B)** O protocolo de intenções deve definir o número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral, sendo assegurado 1 (um) voto a cada ente consorciado.
- (C)** O consórcio público poderá ser concessionário, permissionário ou autorizatário do serviço público, mas não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização do serviço público a terceiros.
- (D)** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, integrando, em qualquer caso, a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (E)** O consórcio público que tenha personalidade jurídica de direito privado não está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas, a quem cabe fiscalizar apenas cada um dos integrantes do consórcio, nos termos do contrato de rateio.

**44.** Considerando o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001), assinale a alternativa correta.

- (A)** Compete ao Município promover, por iniciativa própria e em conjunto com o Estado e outros Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos e demais espaços de uso público.
- (B)** Lei estadual específica poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, para área incluída no plano diretor, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- (C)** Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos para parcelamento ou edificação compulsórios, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos.
- (D)** Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública previamente aprovados pelo Senado Federal e com prazo de resgate em até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.
- (E)** Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, sendo que em caso de possuidor casado, o título será conferido necessariamente ao cônjuge varão.

**45.** Em relação ao tratamento constitucional dado aos Municípios, é correto afirmar que

- (A)** o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, sendo após promulgada e publicada pelo Prefeito Municipal.
- (B)** o subsídio dos Prefeitos e Secretários Municipais será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, respeitados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica.
- (C)** a Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos municípios que tenham mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- (D)** o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio exclusivo dos Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (E)** as proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, são similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

46. Em relação ao fato gerador da obrigação tributária, assinale a alternativa correta.
- (A) A definição legal do fato gerador é interpretada levando-se em consideração a validade dos atos jurídicos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros.
  - (B) Os atos e negócios jurídicos praticados sob condição suspensiva ou resolutória não configurarão fato gerador.
  - (C) Somente autoridade judicial poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.
  - (D) A obrigação acessória jamais se converterá em obrigação principal no âmbito tributário.
  - (E) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador, em se tratando de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
47. Relativamente às imunidades tributárias, é **INCORRETO** afirmar que é vedado
- (A) aos entes federados cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
  - (B) à União instituir imposto sobre a renda dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (C) à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (D) à União cobrar imposto sobre produtos industrializados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
  - (E) aos entes federados estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
48. À luz da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, **NÃO** integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:
- (A) autorização para a alienação de bem imóvel.
  - (B) sumário geral da receita por fontes.
  - (C) quadro discriminativo da receita por fontes.
  - (D) quadro das dotações por órgãos do Governo.
  - (E) quadro demonstrativo da receita.
49. No processo de pagamento, a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito é denominada de
- (A) empenho.
  - (B) liquidação.
  - (C) pagamento.
  - (D) estimativa de impacto orçamentário e financeiro.
  - (E) precatório.
50. Com relação às normas disciplinares no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, considere as seguintes afirmações.
- I. A portaria de instauração de processo administrativo–disciplinar interrompe o curso da prescrição.
  - II. O recurso para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que aplicou sanção disciplinar não tem efeito suspensivo.
  - III. Quando a infração disciplinar constituir, também, infração penal, o prazo prescricional será o mesmo da Lei Penal, contado da data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- Quais estão corretas?
- (A) Apenas I.
  - (B) Apenas II.
  - (C) Apenas III.
  - (D) Apenas I e III.
  - (E) I, II e III.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

**51.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A reincidência em falta anteriormente punida com censura ensejará a aplicação da pena de suspensão.
- (B) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência e censura.
- (C) A extinção da punibilidade, pela prescrição, da falta administrativa punida com advertência ou multa ocorre em dois anos.
- (D) Em caso de reincidência em falta anteriormente punida com pena de advertência, será aplicada a pena de censura.
- (E) A pena de censura será aplicada no caso de incontinência pública e escandalosa que comprometa a dignidade do Ministério Público.

**52.** Relativamente às atribuições do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Decidir com a presença mínima de dois terços de seus membros, sobre o vitaliciamento, propondo a exoneração quando entender que não foram preenchidos os requisitos do estágio probatório.
- (B) Indicar ao Procurador-Geral de Justiça, com a presença mínima de dois terços de seus membros, a lista tríplice dos candidatos à remoção ou promoção por merecimento.
- (C) Opinar sobre anteprojetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- (D) Indicar ao Procurador-Geral da República, membro do Ministério Público para compor o Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Apreciar pedido de reversão de membro do Ministério Público.

**53.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- ( ) As sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores serão públicas, assim como públicos serão todos os julgamentos referentes aos processos administrativos disciplinares, não se admitindo a decretação de sigilo.
- ( ) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça eleger, dentre seus membros, em votação secreta, os integrantes do Órgão Especial e dar-lhes posse.
- ( ) Compete ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça elaborar anteprojetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- ( ) Compete ao Procurador-Geral de Justiça decidir sobre as sugestões encaminhadas pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores acerca da criação, transformação e extinção de cargos do Ministério Público e dos serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das atividades institucionais.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) F – F – V – F.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – F – V – V.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**54.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativamente às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- ( ) A medida de internação pela prática de ato infracional, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo de quarenta e cinco dias, prorrogáveis por igual período, por decisão fundamentada, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
- ( ) O cumprimento de medida socioeducativa é declarado extinto quando o adolescente completa dezoito anos.
- ( ) Ao adolescente, internado para cumprimento de medida socioeducativa, é vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento.
- ( ) A execução das medidas socioeducativas rege-se pelo princípio da legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que aquele conferido ao adulto, e proporcionalidade, em relação à ofensa cometida.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – V.  
(B) F – V – F – V.  
(C) F – F – F – V.  
(D) V – V – V – F.  
(E) F – V – F – F.

**55.** Considerando a parte geral do Código Civil, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- ( ) Todas as pessoas têm a capacidade de direito, o que pressupõe a capacidade de fato, em regra, pois a incapacidade é a exceção.
- ( ) Se houver alguma restrição, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos serão sempre relativamente incapazes.
- ( ) A ausência significa morte presumida da pessoa natural, após processo judicial, que ocorre em duas fases: curadoria dos bens e sucessão definitiva.
- ( ) O estatuto da fundação não é imutável; possível a alteração mediante deliberação de dois terços das pessoas responsáveis pela sua gerência, desde que não contrarie ou desvirtue a sua finalidade, sem necessidade que seja aprovada pelo Ministério Público.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.  
(B) F – F – F – V.  
(C) V – V – F – V.  
(D) F – F – V – V.  
(E) V – F – V – F.

**56.** Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à obrigação alimentar.

- (A) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação, isso se os alimentos não forem fixados provisoriamente, por meio de tutela antecipada ou em cautelar de alimentos provisionais.
- (B) Se o alimentando for absolutamente incapaz, contra ele não corre a prescrição. Os alimentos fixados na sentença e vencidos só terão a prescrição iniciada quando o alimentando se tornar relativamente capaz. Todavia, sendo o pai ou a mãe os devedores dos alimentos, a prescrição, de dois anos, só se inicia quando o menor se tornar capaz, salvo se emancipado.
- (C) Paulo, com 52 anos de idade e necessitando de alimentos para viver, ingressou em juízo buscando alimentos de seus irmãos Maria e Sérgio. Não demandou contra seu outro irmão Marcos. Todavia, a cota de Marcos deve ser distribuída entre os outros dois irmãos. A cota de Sérgio pode ser superior à de Maria, se este dispuser de melhores condições econômicas para suportá-la.
- (D) Considerando as modalidades de alimentos, cabe ser dito que nem todas ensejam a prisão civil, todavia, somente as três últimas prestações inadimplidas antes da execução e as que por ventura venham a vencer ensejam a decretação de prisão do devedor de alimentos.
- (E) A cessação da obrigação alimentar no procedimento indigno do credor não se limita unicamente às relações entre cônjuges e companheiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

57. Assinale a alternativa correta quanto ao Direito de Família.

- (A) As causas suspensivas do casamento, quando violadas, geram nulidade absoluta ou relativa, conforme o caso, e ainda impõem sanções patrimoniais aos cônjuges.
- (B) O prazo decadencial para a ação anulatória por erro essencial do nubente é de dois anos, contados da celebração do casamento. Esta ação somente cabe ao cônjuge que incidiu em erro, sendo uma ação personalíssima.
- (C) No regime da comunhão universal de bens, a comunicação dos bens é plena, mas não absoluta, pois existem bens incomunicáveis. Os frutos que forem retirados de bens incomunicáveis, que vençam ou sejam percebidos na constância do casamento, são também incomunicáveis.
- (D) Haverá a suspensão do poder familiar da mãe condenada por sentença transitada em julgado a pena de três anos de reclusão por tráfico de entorpecentes. A perda do poder familiar ocorrerá se o pai adotivo deixar o filho adotado em abandono ou reiteradamente abusar de sua autoridade.
- (E) A prática de ato de alienação parental, somente praticada pelo pai ou pela mãe, fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável e prejudica a realização de afeto nas relações.

58. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao Direito das Obrigações.

- (A) Se o imóvel for alienado a título gratuito, em qualquer caso, ou a título oneroso, agindo de má-fé o terceiro adquirente, caberá ao que pagou por erro o direito de reivindicação por meio de ação petítória.
- (B) A entrega de objeto empenhado dado em penhor, como garantia real, pelo credor ao devedor presume o perdão da dívida.
- (C) A cláusula de venda com reserva de domínio, como formalidade, exige que sua estipulação seja por escrito e que o registro ocorra no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do comprador, como condição de validade perante terceiros de boa-fé.
- (D) A doação inoficiosa é nula quando existirem herdeiros necessários e a doação ultrapassar o limite disponível, no momento da liberalidade.
- (E) O mandatário que exceder os poderes outorgados, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante não ratificar ou confirmar o ato. A ratificação produz efeitos *ex tunc*.

59. Considerando o Direito das Sucessões, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- ( ) O coerdeiro tomou ciência da cessão de direito hereditário efetuado por outro coerdeiro quando foi apresentada nos autos do processo de inventário na data de 27/04/2015. Intentou ação declaratória de nulidade de ato jurídico em 10/11/2015 e efetuou o depósito necessário; no entanto, o ajuizamento da demanda ultrapassou o prazo legal para o reconhecimento do direito de preferência.
- ( ) O direito à sucessão aberta e o direito à herança constituem bens móveis por determinação legal, isso ocorre mesmo se a herança for composta apenas de bens imóveis.
- ( ) Os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis, todavia, viável alegação de erro, dolo e demais vícios do ato ou negócio jurídico visando sua invalidade.
- ( ) Pedro falece e tem um único filho, Marco, que renuncia a herança expressamente, por termo judicial. Este possui três filhos: Mário, Maria e Marlon, que poderão vir à sucessão, por direito próprio, não por representação, e receberão um terço da herança.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – V.
- (B) F – F – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

60. Assinale a alternativa **INCORRETA** quando ao Direito das Coisas.

- (A) As leis extravagantes podem criar novos direitos reais, sem a sua descrição expressa no dispositivo civil que os prevê.
- (B) João estaciona seu carro em um estacionamento e entrega a chave ao manobrista. A empresa de estacionamento nesta situação é a possuidora do veículo, o manobrista é mero detentor do mesmo, podendo defender a posse alheia do automotor por meio da autotutela.
- (C) Posse injusta para efeito possessório é aquela que tem vícios de origem na<sup>1</sup> violência, clandestinidade e precariedade. Mas para ação reivindicatória, posse injusta é aquela sem causa jurídica que possa justificá-la.
- (D) O fideicomisso, a propriedade fiduciária e a doação com cláusula de reversão são casos de propriedade resolúvel, que produz efeitos *ex tunc*.
- (E) Luís tem a posse de um terreno de 830 m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta metros quadrados). Certo dia, a área de 310 m<sup>2</sup> (trezentos e dez metros quadrados) desse terreno foi invadida. A ação cabível no caso é a de manutenção de posse.

61. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto aos Contratos.

- (A) A boa-fé objetiva deve estar presente tanto na conclusão como na execução do contrato, ou seja, em todas as fases do negócio jurídico. Na fase negocial, a proposta vincula o proponente, deixando de ser obrigatória, se, feita sem prazo à pessoa presente, não for imediatamente aceita.
- (B) O contrato de compra e venda será anulável no caso de a venda recair sobre bem de família instituído de forma convencional ou voluntária.
- (C) Os contratos de transação e doação somente admitem interpretação restritiva.
- (D) Para a configuração de sua legitimação, os curadores não poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda, sem antes obterem autorização judicial, com a prévia oitiva do Ministério Público.
- (E) Os fiadores exoneram-se da garantia prestada no contrato de locação, bem como da solidariedade em relação ao locatário, se não houve anuência em relação ao pacto moratório.

62. Considerando a Lei dos Registros Públicos, assinale com **V** (verdadeiro) e com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- ( ) Mesmo em procedimento de jurisdição voluntária, é necessária a intervenção do Ministério Público, em especial nas ações que visem, respectivamente, a alteração do nome e a retificação de registro civil. Todavia, falta-lhe interesse recursal.
- ( ) O princípio da verdade real norteia o registro público e tem por finalidade a segurança jurídica. Assim, o registro civil necessita espelhar a verdade existente e atual, e não apenas aquela que passou. Portanto, é admissível a alteração no registro de nascimento do filho para a averbação do nome de sua mãe que, após a separação judicial, voltou a usar o nome de solteira.
- ( ) A retificação administrativa deve ser feita diretamente no cartório de registro de imóveis, quando buscar a alteração de denominação de logradouro público, bem como alteração ou inserção que resulte de mero cálculo matemático feito a partir das medidas perimetrais constantes do registro.
- ( ) Filhos de mãe paraguaia e pai brasileiro, registrados no Paraguai, não no consulado brasileiro, que retornarem ao Brasil podem ter suas certidões de nascimento registradas no livro E. Este registro é provisório e será cancelado se não optarem pela nacionalidade brasileira no prazo de três anos, após atingirem a maioridade.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) V – F – F – F.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – F – V – V.

<sup>1</sup> Conforme errata divulgada no início da aplicação da prova.



63. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao Direito do Consumidor.

- (A) O direito de arrependimento na relação de consumo é de origem legal, e o prazo de arrependimento é de sete dias no caso de compras realizadas pela internet ou por catálogo.
- (B) Aplica-se o princípio da conservação contratual ao contrato de consumo, ou seja, considera-se somente a cláusula como nula, aproveitando-se todo o restante do contrato.
- (C) Nos contratos de consumo será nula por abusividade a cláusula que impõe a utilização compulsória da arbitragem.
- (D) Determinado fornecedor ofereceu mediante publicidade vários objetos de consumo, estabelecendo o respectivo preço. O consumidor efetuou a compra, pagando o preço das mercadorias anunciadas. Posteriormente, o ofertante desonrou a proposta e recusou-se a cumprir o anunciado. O consumidor pode, no caso, somente demandar a tutela específica da obrigação nos termos da oferta.
- (E) A publicidade é enganosa por comissão quando o fornecedor faz uma afirmação, parcial ou total, não verdadeira sobre o produto ou serviço, capaz de induzir o consumidor a erro.

64. Assinale a alternativa correta quanto ao Direito de Empresa.

- (A) Pedro cedeu as quotas que titularizava na sociedade simples que integrava, com a anuência dos demais sócios, em instrumento de alteração contratual datado de 10/05/2015 e averbado na junta comercial em 12/09/2015. No instrumento constou que o cedente responderia pelas obrigações sociais no prazo legal. Em 14/08/2016, a sociedade ajuizou ação de cobrança contra Pedro, buscando o ressarcimento da quantia de R\$10.501,00 (dez mil quinhentos e um reais), relativa a uma dívida trabalhista. Pedro alegou haver decadência, tendo sido acolhida essa preliminar.
- (B) O empresário individual casado precisa da outorga conjugal para alienar bens imóveis que integram o patrimônio da empresa.
- (C) Podemos dizer que pelo menos duas características fundamentais das sociedades cooperativas são: o capital social variável ou ausente e a ilimitação de um mínimo e limitação do máximo de membros da administração da pessoa jurídica.
- (D) No título à ordem, o endossatário de endosso em branco não pode mudá-lo para endosso em preto. Mantida a omissão da nomeação do novo credor, o documento ganha as características de um título ao portador, transmissível por mera tradição.
- (E) A empresa GAH Ltda. foi constituída em 25/05/2002 tendo como sócios G. Galvão, P. Andrade e E. Hamilton. A decretação da falência ocorreu em 23/02/2007. Pela prática dos crimes previstos na Lei de Falências, inculpidos nos artigos 168 e 173, os sócios foram denunciados, sem a instauração de inquérito judicial, tendo a inicial sido recebida em 10/03/2011. A defesa alegou haver prescrição da ação pelo decurso de mais de dois anos, fato que restou afastado.

65. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre os temas dos impedimentos e da suspeição, segundo o disposto no Código de Processo Civil.

- ( ) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, exceto se patrocinado por advogado de outro escritório.
- ( ) Há suspeição do juiz que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- ( ) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.
- ( ) Considerar-se-á legítima a alegação de suspeição mesmo quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.



A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

**66.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema dos atos processuais, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.
- (B) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.
- (C) O juiz proferirá os despachos no prazo de 5 (cinco) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias e as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) Salvo para evitar o perecimento do direito, não se fará a citação de noivos nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento.
- (E) Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

**67.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema da liquidação de sentença, segundo o disposto no Código de Processo Civil.

- ( ) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação; ou pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- ( ) Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
- ( ) A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
- ( ) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, não é lícito ao credor promover simultaneamente a execução daquela e a liquidação desta.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**68.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema da partilha, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Os bens insuscetíveis de divisão cômoda que não couberem na parte do cônjuge ou companheiro supérstite ou no quinhão de um só herdeiro serão licitados entre os interessados ou vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, sendo vedado acordo para adjudicação a todos.
- (B) O juiz poderá, em decisão fundamentada, deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro, cabendo a este, desde o deferimento, todos os ônus e bônus decorrentes do exercício daqueles direitos.
- (C) A partilha, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, pode ser emendada nos mesmos autos do inventário, convindo todas as partes, quando tenha havido erro de fato na descrição dos bens, podendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo, corrigir-lhe as inexatidões materiais.
- (D) É rescindível a partilha julgada por sentença se preteriu herdeiro ou incluiu quem não o seja.
- (E) O formal de partilha poderá ser substituído por certidão de pagamento do quinhão hereditário quando esse não exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, caso em que se transcreverá nela a sentença de partilha transitada em julgado.

**69.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema das ações de família, segundo o disposto no Código de Processo Civil.

- ( ) Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.
- ( ) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência.
- ( ) A citação será feita na pessoa do réu ou de seu advogado.
- ( ) Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

**70.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema da execução, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que, intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.
- (B) A execução pode ser promovida contra o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.
- (C) Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição exclusivamente sobre o terreno, no primeiro caso, ou sobre a construção ou a plantação, no segundo caso.
- (D) Na execução de obrigação de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial, ao despachar a inicial, o juiz fixará multa por período de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.
- (E) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**71.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema dos embargos de declaração, segundo o disposto no Código de Processo Civil.

( ) Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

( ) Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

( ) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dez por cento sobre o valor atualizado da causa.

( ) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, apenas quando os embargos de declaração sejam expressamente admitidos, e o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – V.

**72.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema das ações possessórias, segundo disposto no Código de Processo Civil.

(A) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.

(B) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

(C) O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

(D) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 15 (quinze) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

(E) Concedido ou não o mandado liminar de manutenção ou de reintegração, o autor promoverá, nos 5 (cinco) dias subsequentes, a citação do réu para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias.

**73.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema do parcelamento do solo urbano, na forma da Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com suas posteriores alterações legislativas.

( ) Os lotes terão área mínima de 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

( ) Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 35% (trinta e cinco por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

( ) A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, se desatendida pelo loteador a notificação, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.

( ) São irretratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

74. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, com suas posteriores alterações legislativas).

( ) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros, sendo vedada por lei qualquer previsão contratual nesse sentido.

( ) O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, sendo vedada disposição em contrário no contrato respectivo.

( ) Em empreendimentos de pequeno porte, a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

( ) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) F – V – F – F.

(B) F – F – F – V.

(C) V – V – F – F.

(D) V – F – V – V.

(E) V – F – V – F.

75. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Para a teoria da *conditio sine qua non*, se a vítima morre quando poderia ter sido salva, caso levada, logo após o fato, a atendimento médico, responde o agente da ação com *animus necandi* por homicídio consumado. Mas, se levada a socorro em hospital, morresse por efeito de substância tóxica ministrada por engano pela enfermeira, o agente responderia por tentativa de homicídio e não por homicídio consumado.

(B) Para a teoria da imputação objetiva, o ato de imputar significa atribuir a alguém a realização de uma conduta criadora de um risco relevante e juridicamente proibido e a produção de um resultado jurídico. Pressupõe um perigo criado pelo agente e não coberto por um risco permitido dentro do alcance do tipo. O risco permitido conduz à atipicidade, e o risco proibido, quando relevante, à tipicidade. A imputação objetiva constitui elemento normativo implícito do tipo penal.

(C) Os princípios da adequação social e da insignificância, sugeridos pela doutrina, servem de instrumentos de interpretação restritiva do tipo penal, que afetam a tipicidade formal do fato.

(D) Para a teoria do domínio do fato, autor é quem executa a ação típica, por conduta própria ou pela utilização de outro como instrumento de realização; também quem, mesmo não executando o fato típico em sentido estrito, participa da resolução criminosa, realizando parte necessária da execução do plano global. A teoria, partindo do conceito restritivo de autor, segue um critério objetivo-subjetivo.

(E) Para a teoria finalista, ação é a conduta do homem, comissiva ou omissiva, dirigida a uma finalidade e desenvolvida sob o domínio da vontade do agente, razão pela qual não reputa criminosa a ação ocorrida em estado de inconsciência, como no caso de quem, durante o sono, sonhando estar em legítima defesa, esbofeteia e causa lesão corporal na pessoa que dorme ao seu lado. Para esta mesma teoria, a culpabilidade não é psicológica, nem psicológico-normativa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**76.** Darlan, apaixonado por outra, decidiu matar sua mulher, Amélia. Mesmo sabendo que ela estava grávida de seis meses, não se deixou dissuadir do intuito homicida, até porque também não queria o nascimento do filho desta união. Com o uso de uma faca de churrasco, golpeou-a por várias vezes em seu abdômen. Pensando que a tivesse matado, imediatamente fugiu do local, o que permitiu aos vizinhos, alertados pelos gritos de Amélia, socorrê-la e levá-la a um hospital, pois, em que pese a violência do ataque, a mulher sobreviveu. Mas, infelizmente, ela não resistiu aos ferimentos e morreu pouco depois de ter entrado na sala de atendimento hospitalar. O médico que a atendeu, Dr. José, percebeu que o feto ainda vivia, apesar da morte da mãe, e imediatamente realizou cesariana. A criança foi retirada do claustro materno com vida, mas também não sobreviveu mais de cinco minutos.

Com base no caso descrito acima, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- ( ) Ocorreram dois crimes dolosos contra a vida, homicídio e aborto consumados, aplicando-se as respectivas penas conforme a regra estabelecida pelo Código Penal para o concurso material de crimes.
- ( ) Ocorreram dois crimes dolosos contra a vida, homicídio consumado e aborto tentado, uma vez que o feto não foi expulso do ventre materno, aplicando-se as respectivas penas cumulativamente.
- ( ) Caso constatada a inobservância culposa de regra técnica da profissão pelo Dr. José, na realização da cesariana, que tivesse contribuído para a eliminação da vida do nascente, Darlan responderia por homicídio consumado, contra Amélia, e por aborto tentado, em relação ao feto, com a aplicação da mais grave das penas cabíveis, aumentada de um sexto até metade. O Dr. José seria responsabilizado por homicídio culposo, com aumento de um terço da pena.
- ( ) Se a gestante não tivesse morrido e o parto se desse a termo, vindo, porém, a criança a falecer dez dias depois, em consequência de também ter sido atingida pelas facadas, quando já titular de vida extrauterina, Darlan responderia por tentativa de homicídio, contra Amélia, e por homicídio consumado, contra a criança, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis, aumentada de um sexto até metade.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

**77.** A respeito dos crimes omissivos impróprios, ou comissivos por omissão, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) São de estrutura típica aberta e de adequação típica de subordinação mediata. Só podem ser praticados por determinadas pessoas, embora qualquer pessoa possa, eventualmente, estar no papel de garante. Neles, descumpre-se tão somente a norma preceptiva e não a norma proibitiva do tipo legal de crime ao qual corresponda o resultado não evitado.
- (B) Se o médico se obriga a realizar determinado procedimento em um paciente, mas resolve viajar e deixa seu compromisso nas mãos de um colega, que assume esse tratamento, ele responde penalmente pelas lesões que resultem de erro de diagnóstico deste outro médico.
- (C) Quem, sabendo nadar, por brincadeira de mau gosto, empurra o amigo para dentro da piscina, por sua ingerência, estará obrigado a salvá-lo, se necessário, para que o fato não se transforme em crime de homicídio, no caso de eventual morte por afogamento.
- (D) Na forma dolosa, os crimes omissivos impróprios não exigem que o garante deseje o resultado típico.
- (E) Se o garante, apesar de não haver conseguido impedir o resultado, seriamente esforçou-se para evitá-lo, não haverá fato típico, doloso e culposo. Nos omissivos impróprios, a relação de causalidade é normativa.



78. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) De acordo com o noticiado pela mídia, recentemente a Força Tarefa de Combate ao Abigato e Crimes Rurais da Polícia Civil do RS prendeu no interior do município de Cacequi o suspeito de ser um dos maiores abigeatários daquela cidade, quando localizou 11(onze) vacas furtadas em sua propriedade. No município de Ipê, a Força Tarefa apreendeu 13 (treze) bovinos subtraídos de uma fazenda local. E, numa operação em Vacaria, recuperou três ovelhas vivas e uma outra já carneada no local do furto, quando o ladrão preparava-se para consumi-la num churrasco. A subtração de animal semovente domesticável de produção é uma das hipóteses legais de furto qualificado, apenado com reclusão de dois a cinco anos, ainda que o animal tenha sido abatido ou dividido em partes no local da subtração.
- (B) Tem sido frequente a subtração de dinheiro de caixas eletrônicos de agências bancárias com a utilização de dinamites ou explosivos de efeitos análogos. Sob o ponto de vista penal, a explosão de grandes proporções, que não raro destrói, além dos caixas, parte das instalações das agências, expondo a perigo concreto a integridade física e o patrimônio das pessoas dos prédios vizinhos, não pode ser considerada simples rompimento de obstáculo à subtração dos valores, mas crime autônomo de explosão em concurso formal com o delito patrimonial.
- (C) Caracteriza concurso de roubo e extorsão, a conduta do agente que, após subtrair bens de propriedade da vítima no estacionamento do supermercado, obrigou-a, também mediante grave ameaça, a efetuar compras de outros bens em lojas do mesmo shopping, visando a obtenção indevida de vantagem econômica.
- (D) É hediondo o crime de homicídio do soldado da Brigada Militar cometido em decorrência da sua função policial.
- (E) O prefeito municipal que leva para sua casa de praia dois refrigeradores da prefeitura com o fito de usá-los na festa de seu aniversário, e o delegado de polícia que comparece nesta festa usando o relógio de pulso em ouro apreendido de um receptor, ambos sem a intenção de incorporarem tais bens ao patrimônio pessoal ou de terceiro, não cometem fato típico de peculato, diversamente do que ocorre com o estagiário do Departamento Estadual de Estradas que se apropria do combustível colocado à disposição da autarquia pela empresa contratada para o abastecimento exclusivo dos veículos de acompanhamento e fiscalização das obras na rodovia.

79. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) os enunciados abaixo.

- ( ) Pelo exame dos tipos incriminadores do Código Penal, verifica-se hipótese em que a corrupção é crime bilateral, ativa e passiva, quando a existência de uma modalidade depende da existência da outra.
- ( ) Nos crimes materiais, há distinção típica lógica e cronológica entre a conduta e o resultado, mas o mesmo não ocorre nos crimes formais, em que essa mesma distinção é somente lógica.
- ( ) No crime progressivo, o tipo penal, abstratamente considerado, contém explicitamente outro, o qual deve ser necessariamente realizado para alcançar o resultado.
- ( ) No crime putativo, a atipicidade é objetiva e subjetiva. No crime impossível, há atipicidade objetiva e tipicidade subjetiva. Já no erro de tipo, há tipicidade objetiva e atipicidade subjetiva.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – F.



80. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Alfredo e Ricardo disputam o único salva-vidas durante o naufrágio de um barco, provocado dolosamente por Alfredo. Ricardo, desconhecendo que Alfredo foi o causador do naufrágio, para alcançar a posse exclusiva do salva-vidas, termina por matá-lo. Neste caso, Ricardo teria atuado justificadamente, em estado de necessidade defensivo. E, se houvesse uma terceira pessoa na embarcação, também inocente na provocação do naufrágio, que com ele disputasse o mesmo salva-vidas, se a matasse para salvar a própria vida, Ricardo teria feito em estado de necessidade agressivo, excludente da ilicitude.
- (B) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. No roubo circunstanciado, é admissível o regime fechado para o cumprimento inicial da pena, pois sua fixação não está atrelada, de modo absoluto, ao *quantum* da pena de reclusão.
- (C) Configura crime de estupro a conduta de agente que aborda a vítima de forma violenta e sorrateira, com a manifesta intenção de satisfazer a lascívia, ao dizer-lhe querer “transar” com ela e pela ação de impingir-lhe, à força, beijos no rosto e no corpo, após derrubá-la ao solo e mantê-la subjugada mediante imobilização pela pressão do joelho sobre seu abdômen. Também é crime contra a dignidade sexual, na modalidade de estupro de vulnerável, se o sujeito, mesmo sem contato físico, contempla lascivamente, mediante pagamento, menor de 14 anos desnuda em motel.
- (D) A suspensão do processo não é aplicável às infrações penais em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, pelo somatório ou incidência da majorante, ultrapassar a um ano. Ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra mulher não se aplica a suspensão do processo.
- (E) O sistema de vigilância por monitoramento eletrônico no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível o cometimento do furto.

81. O detentor de recursos provenientes da exploração do jogo do bicho, usando empresa da qual é proprietário, emite títulos de crédito frios em favor de seu parceiro, com a finalidade específica de dar aparência de licitude à parte deste nos lucros da atividade ilegal. Propositadamente, os títulos não são pagos no vencimento e encaminhados a cartório para protesto. Notificado, o proprietário da empresa liquida os títulos usando dinheiro em espécie, recebido pelo cartório, que não questiona a origem dos recursos e os deposita em sua própria conta bancária, o que faz com que a instituição financeira também não questione a origem dos recursos, pois provenientes da liquidação de títulos em cartório. Por fim, o cartório credita os valores na conta do credor.

Com base no fato descrito acima, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o art. 1º da Lei n. 9.613/98, “Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal” constitui-se em crime de lavagem de dinheiro, punido com reclusão, de três a 10 (dez) anos, e multa, desde que não extinta a punibilidade da infração antecedente.
- (B) O atual tratamento legal ao crime de lavagem de dinheiro no Brasil insere-se na doutrinariamente designada terceira fase ou terceira geração da repressão penal a tal tipo de delito.
- (C) No caso hipotetizado na questão, apesar da intenção específica dos envolvidos em emprestar aparência de licitude aos recursos através de tais manobras, o crime de lavagem de dinheiro não estaria configurado em virtude de terem sido os recursos provenientes da prática de contravenção penal.
- (D) Na hipótese de participação delitiva do funcionário do cartório no crime de lavagem de dinheiro, que exatamente por isso não questionava a origem dos recursos em espécie dados em pagamento dos títulos, consequência legal imediata e automática de seu indiciamento pela autoridade policial seria a do afastamento do cargo, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até o trânsito em julgado da sentença penal.
- (E) Não há crime de lavagem de dinheiro se o agente deposita o dinheiro obtido com a corrupção em sua própria conta bancária e o consome em viagens, passeios e restaurantes. O simples aproveitamento econômico do produto de uma infração penal não configura o delito de lavagem. Mas, a utilização culposa, na atividade econômica ou financeira, de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, configura espécie de crime de lavagem de dinheiro.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**82.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) os enunciados abaixo.

( ) Ao ouvir intensos gritos de socorro vindos do apartamento de sua nova vizinha, Pedro Luís, querendo socorrê-la, sai correndo, rompe a fechadura da porta e invade o apartamento. Só que os gritos não eram da vizinha, mas de uma cena de filme que ela, um tanto surda, ouvia em altíssimo volume. Assustada pela inesperada invasão ao seu domicílio, a vizinha, em defesa da tranquilidade doméstica, jogou o controle remoto da televisão na cabeça de Pedro Luís, provocando-lhe lesões corporais leves. Diante disso, é correto dizer-se (1) de hipótese de legítima defesa putativa de terceiro, quanto a Pedro Luís, *versus* legítima defesa própria e real, em favor da vizinha; e que (2) Pedro não cometeu o crime de invasão de domicílio, por atipicidade do fato, e a vizinha não praticou o crime de lesões corporais, apesar da tipicidade do fato.

( ) As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais, sejam de direito público ou privado, inclusive fundações e organizações não governamentais, com penas de multa, restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade, isolada ou conjuntamente, mesmo quando as pessoas físicas corresponsáveis não sejam identificadas e independentemente da responsabilização pessoal do proprietário, representante, acionista, conselheiro. Quando constituídas ou utilizadas, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental, terão decretada a liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

( ) A Polícia Civil de Encantado indiciou três médicos e dois administradores de uma clínica da cidade por crimes de lesão corporal culposa de natureza gravíssima, em face da realização negligente de cirurgias de catarata que causaram a perda total de visão em 23 (vinte e três) pacientes devido a uma infecção por bactérias. Análises técnicas concluíram que na clínica não havia higienização e esterilização adequadas, situação propícia à infecção e do amplo conhecimento dos cinco indiciados. Todavia, a perda total da visão culposamente causada aos 23 (vinte e três) pacientes não comporta a classificação penal dada pela polícia. Tratando-se de lesão corporal culposa, não há forma grave nem gravíssima para fins de adequação típica.

( ) Em Herval do Sul, Amarilho, conhecido pelo seu mal humor e personalidade briguenta, foi flagrado por policiais militares na posse de um revólver de uso permitido, em perfeito funcionamento e numeração raspada, noticiou o *Diário Gaúcho*. O porte de arma de fogo com sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, seja de uso permitido ou restrito, é crime, diferenciando-se apenas a sanção carcerária cominada em abstrato, mais severa nesta do que naquela hipótese.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – V – F.

**83.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A lei penal brasileira, com o objetivo de proteger a pessoa idosa, erigiu em crimes, dentre outras, as condutas de (1) negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento, e de (2) reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, ou qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida. Com o mesmo objetivo protetivo, estabeleceu uma causa especial de aumento da pena, em dobro, ao agente de estelionato contra pessoa idosa.

(B) Independentemente da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo, constitui crime a conduta de entregar a direção de um automóvel à pessoa com o direito de dirigir suspenso.

(C) A aplicação da causa de diminuição da pena de um sexto a dois terços, prevista na Lei de Drogas, em favor do traficante primário, de bons antecedentes e que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa, afasta a hediondez ou a equiparação à hediondez do crime de tráfico de entorpecentes.

(D) Do art. 1º, da Lei n. 9.455/97, que incrimina a tortura, extraem-se, as espécies delitivas doutrinariamente designadas tortura-prova, tortura-crime, tortura-discriminação, tortura-castigo, tortura-própria e tortura omissão, equiparadas aos crimes hediondos, previstas na modalidade dolosa e com apenamento carcerário para cumprimento inicial em regime fechado.

(E) Configura crime ambiental a conduta de destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou de simplesmente utilizá-la com infringência das normas de proteção.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**84.** Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) os enunciados abaixo.

( ) Os crimes definidos no Código Eleitoral são exclusivamente dolosos. Em alguns deles, no preceito secundário, não há previsão da pena mínima em abstrato, somente a cominação da sanção máxima aplicável. Em tais circunstâncias, a pena mínima será de 15 dias para a pena de detenção e de um (1) ano para a de reclusão.

( ) A corrupção eleitoral, em sua modalidade ativa, é crime comum e de conduta livre, direcionada a eleitor determinado ou determinável, que abrange a compra do voto, no que se incluem o voto em branco e o voto nulo, e a compra da abstenção ou promessa de abstenção de voto.

( ) Crime de perigo abstrato, a associação criminosa, diferentemente do crime de milícia privada, exige o ajuntamento mínimo de três pessoas, ainda que nem todas se conheçam reciprocamente, para o fim específico de cometimento de crimes, no plural, embora não seja necessário que estes efetivamente ocorram. O abandono ou voluntário recesso de qualquer associado não o eximirá de pena, e se a sua retirada fizer descer o *quorum* mínimo, cessará a permanência, mas não se apagará o crime, devendo todos os associados responder pelo delito. A tentativa é inadmissível.

( ) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la, previsto no art. 244-B do ECA, realizável também por quaisquer meios eletrônicos, inclusive sala de bate-papo na internet, é crime formal.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – V.

**85.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A reabilitação pode ser requerida após o decurso de dois anos do dia em que for extinta de qualquer modo a pena, seja o condenado reincidente ou não.
- (B) O juízo competente para processar a reabilitação é o juízo das execuções penais.
- (C) Na hipótese de não haver renúncia da vítima ou novação da dívida, é condição para reabilitação a prova de haver ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstrar a impossibilidade de fazê-lo.
- (D) Uma vez negada a reabilitação não há prazo mínimo para renovação do pedido.
- (E) A revogação de reabilitação pode ser decretada pelo juiz de ofício, ou a requerimento do Ministério Público.

**86.** Considere as seguintes afirmações.

- I. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.
- II. Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida no Brasil pela via postal processar e julgar o crime de tráfico.
- III. A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**87.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- (B) A transação penal prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/1995, homologada e descumprida, não faz coisa julgada material e possibilita ao Ministério Público a continuidade da persecução penal.
- (C) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
- (D) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (E) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

**88.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A carta rogatória para citação de réu que se encontra em lugar sabido, no estrangeiro, suspende o curso do prazo de prescrição até seu cumprimento.
- (B) A arguição de suspeição de jurado formulada por advogado exige procuração com poderes especiais.
- (C) A arguição de suspeição do juiz formulada por defensor público prescinde de procuração.
- (D) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.
- (E) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa.

**89.** Petrônio, réu em processo por furto simples, reúne todos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo. Ainda assim, fundamentadamente, o Promotor de Justiça deixa de oferecer-lhe o benefício. Nesse caso, dissentindo do membro do Ministério público, deve o Juiz

- (A) remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.
- (B) conceder o benefício de ofício, já que se trata de direito subjetivo público do réu.
- (C) comunicar a Corregedoria-Geral do Ministério Público face o comportamento do Promotor de Justiça.
- (D) solicitar ao Procurador-Geral de Justiça que designe outro membro do Ministério Público para reexaminar os autos.
- (E) remeter os autos para as Turmas Recursais do Juizado Especial Criminal.

**90.** Em uma ação penal o Ministério Público, durante a instrução, junta documento em língua estrangeira. Intimada a defesa especificamente sobre o documento, esta silencia. No momento de requerer diligências do art. 402 do Código de Processo Penal, Ministério Público e defesa nada requerem. Oferecidas alegações finais orais, o Ministério Público vale-se do documento em língua estrangeira para pedir a condenação. A defesa, por sua vez, produz eficiente defesa sem fazer referência ao documento em língua estrangeira. Concluso para sentença, considerando o documento em língua estrangeira, o juiz deverá

- (A) determinar a conversão do julgamento em diligência para que seja providenciada a tradução do documento por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea a ser nomeada pelo juízo, independentemente da solução ser condenatória ou absolutória, ou ainda do uso do documento nesta solução.
- (B) ordenar o desentranhamento do documento já que em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa e não foi providenciada a sua tradução em momento oportuno.
- (C) decidir pela conversão do julgamento em diligência para que seja providenciada a tradução do documento por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea a ser nomeada pelo juízo, apenas se for condenar o acusado e valer-se do documento para tanto.
- (D) apreciar livremente a prova produzida, inclusive quanto ao documento em língua estrangeira, uma vez que a sua tradução não é obrigatória.
- (E) resolver pela conversão do julgamento em diligência para que o Ministério Público e a defesa juntem cada um a sua versão em língua portuguesa do documento em língua estrangeira.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**91.** Cacilda, mulher policial rodoviária federal, e Posidônio, homem policial rodoviário federal, são casados e trabalham no mesmo posto da Polícia Rodoviária Federal de Porto Alegre. Ambos fardados, em horário de expediente e em seu local de trabalho iniciam acalorada discussão acerca de assuntos domésticos e familiares. Exaltada, Cacilda agride Posidônio causando-lhe lesões corporais de natureza leve, consistente em duas equimoses de 2x2cm de área.

Considerando os dados apresentados, a competência para apreciar o delito de lesões corporais deverá ocorrer

- (A) no Juizado da Violência Doméstica.
- (B) na Vara Criminal da Justiça Estadual.
- (C) no Juizado Especial Criminal Estadual.
- (D) na Vara Criminal da Justiça Federal.
- (E) no Juizado Especial Criminal Federal.

**92.** Deoclécio foi vítima de furto de um par de tênis, em 15 de janeiro de 2016, data em que tomou conhecimento que o autor do crime era Hermenegildo. O Promotor de Justiça teve vista do inquérito policial em 1º de março de 2016, uma terça-feira. Tratando-se de indiciado solto, o prazo para o Promotor de Justiça manifestar-se encerrou em 16 de março de 2016, uma quarta-feira. Como o Promotor de Justiça permanecia sem manifestar-se nos autos do inquérito, em 08 de setembro de 2016, 6 meses e sete dias após o fato, Deoclécio ajuíza Queixa-Crime (ação penal privada subsidiária da pública) contra Hermenegildo, imputando-lhe a prática de furto. No curso da instrução são indiscutivelmente provadas a materialidade e a autoria do crime que recai sobre Hermenegildo. Em alegações finais, Deoclécio, por seu advogado munido de procuração com poderes especiais para tanto, concede perdão ao querelado, invocando o art. 58 do Código de Processo Penal que diz: "Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.". Também em alegações finais, Hermenegildo aceita o perdão oferecido.

Com base nesses dados fáticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Hermenegildo decaiu do direito de queixa, eis que entre a data do fato, momento que tomou conhecimento da autoria, e o oferecimento da queixa-crime transcorreram mais de 6 meses.
- (B) Hermenegildo decaiu do direito de queixa, eis que entre a data da vista ao Promotor de Justiça e o oferecimento da queixa-crime transcorreram mais de 6 meses.
- (C) Como a ação é privada, aceito o perdão o juiz julgará extinta a punibilidade.
- (D) Não é admissível o perdão dada a natureza do crime.
- (E) O perdão é ato personalíssimo e, portanto, não pode ser concedido através de advogado, mesmo com procuração.

**93.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É vedado ao delegado de polícia arbitrar fiança em crimes cuja pena máxima ultrapasse 4 anos.
- (B) Admite-se prisão preventiva quando há dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
- (C) Admite-se prisão preventiva em crimes apenados com detenção.
- (D) Admite-se concessão de liberdade provisória mediante fiança consistente em hipoteca.
- (E) A prisão preventiva pode ser substituída pela prisão domiciliar quando o agente for maior de 70 anos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

**94.** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Não se admite oferta de proposta de transação se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena restritiva de direitos, por sentença definitiva.
- (B) Os conciliadores no Juizado Especial Criminal são recrutados preferencialmente entre bacharéis em Direito (art. 73, parágrafo único, da Lei n. 9099/95).
- (C) Da decisão que homologa proposta de transação (art. 76 da Lei n. 9099/95) oferecida pelo Ministério Público e aceita pelo autor do fato, cabe recurso de apelação.
- (D) Da decisão que rejeita a denúncia no Juizado Especial Criminal, cabe recurso de apelação.
- (E) A não reparação do dano causado pelo crime, injustificada, é causa de revogação da suspensão condicional do processo.

**95.** Sobre a Lei Estadual n. 10.982/97, que determina benefício relativo às passagens rodoviárias intermunicipais no Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei assegura a gratuidade do transporte coletivo intermunicipal a idosos com renda mensal igual ou inferior a cinco (5) salários mínimos.
- (B) O benefício é concedido a aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta (60) anos de idade.
- (C) Para obtenção do benefício, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
- (D) O benefício previsto nessa lei é limitado a dois passageiros por viagem.
- (E) O benefício previsto nessa lei abrange passagens para viagens dentro da região metropolitana de Porto Alegre.

**96.** Com base nas Leis n. 8.742/93 (Loas) e n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sobre o benefício de prestação continuada (BPC) em favor de pessoa idosa, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de acesso ao BPC, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a meio salário-mínimo.
- (B) O BPC já recebido por outra pessoa idosa da família e que vive sob o mesmo teto deve ser computado para os fins do cálculo da renda familiar mensal *per capita* a que se refere a Loas.
- (C) É vedada a acumulação, pelo idoso, do BPC com pensão especial de natureza indenizatória.
- (D) O BPC deve ser revisto a cada 6 (seis) meses, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- (E) Para efeitos de concessão do BPC, a legislação determina a aplicação do conceito de família assistencial, abrangendo o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

**97.** Relativamente à ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), prevista no art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, assinale a alternativa correta.

- (A) O diretório municipal de um partido político não possui legitimidade ativa para a representação visando à abertura da AIJE de candidato a prefeito, quando não está participando da eleição.
- (B) Candidato a vereador possui legitimidade para ajuizar AIJE contra candidato a prefeito, desde que ambos pertençam à mesma circunscrição eleitoral.
- (C) Pessoas jurídicas podem figurar no polo passivo da demanda, nos casos em que tiverem contribuído para a prática do ato.
- (D) Na demanda em que se postula a cassação do registro ou diploma, não há litisconsórcio passivo necessário entre os integrantes da chapa majoritária, quando o ato ilícito foi praticado apenas pelo titular, sem a participação do candidato a vice.
- (E) O prazo final para ajuizamento da AIJE é de 15 (quinze) dias contados da diplomação do eleito, conforme jurisprudência majoritária do Tribunal Superior Eleitoral.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**98.** Quanto ao controle de arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas na campanha eleitoral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É obrigatória, para o partido e para os candidatos, a abertura de conta bancária específica para a campanha eleitoral, mesmo nos casos em que não houver movimentação financeira, salvo na hipótese de candidatura para prefeito e vereador em Municípios onde não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário.
- (B) É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de organizações da sociedade civil de interesse público.
- (C) É vedado ao partido político assumir eventuais débitos de campanha de candidato, não quitados até a data de apresentação da prestação de contas.
- (D) São dispensadas de comprovação na prestação de contas as doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos, decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.
- (E) São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei n. 9.504/97, as multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral.

**99.** Considerando a Lei n. 9.096/95, que dispõe sobre partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Após registrar seu estatuto no Cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na Capital Federal, o partido político está apto a participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- (B) É vedado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na Lei n. 9.096/95, com vistas à candidatura a cargos eletivos.
- (C) Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido ao qual era originalmente filiado e ao juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação anterior; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos.
- (D) A perda dos direitos políticos não implica o cancelamento imediato da filiação partidária.
- (E) A desaprovação da prestação anual de contas do partido não enseja sanção alguma que o impeça de participar do processo eleitoral.

**100.** Quanto aos direitos da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) Terá direito ao auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o benefício da prestação continuada e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social-RGPS.
- (B) O Cadastro-Inclusão, criado pela Lei n. 13.146/2015, será administrado pelo Poder Executivo estadual, podendo esta administração, mediante convênio, ser delegada aos Municípios.
- (C) Acompanhante, segundo o conceito trazido na Lei n. 13.146/2015, é a pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- (D) No caso de pessoa com deficiência em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência ao representante da entidade em que se encontra abrigada a pessoa.
- (E) Na tomada de decisão apoiada, é vedado ao terceiro, com quem a pessoa apoiada mantenha relação comercial, postular que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, tendo em conta que este instituto não restringe a plena capacidade da pessoa com deficiência.

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA PREAMBULAR

1	A	26	E	51	E	76	A
2	E	27	E	52	ANULADA	77	B
3	B	28	C	53	B	78	E
4	D	29	D	54	C	79	C
5	A	30	B	55	A	80	A
6	B	31	D	56	C	81	B
7	B	32	E	57	D	82	E
8	D	33	C	58	ANULADA	83	D
9	C	34	B	59	A	84	E
10	D	35	B	60	E	85	B
11	A	36	A	61	B	86	ANULADA
12	A	37	E	62	A	87	E
13	E	38	D	63	D	88	C
14	C	39	A	64	E	89	A
15	B	40	C	65	A	90	D
16	D	41	A	66	C	91	B
17	D	42	C	67	E	92	D
18	B	43	B	68	A	93	E
19	E	44	D	69	B	94	A
20	D	45	E	70	E	95	D
21	A	46	E	71	B	96	E
22	C	47	D	72	D	97	B
23	E	48	A	73	D	98	C
24	C	49	B	74	B	99	E
25	C	50	D	75	C	100	A